

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense

**Processo Seletivo Simplificado
Edital 003/2025**



**Assistente Técnico Adm II –
Licitação e Contratos**

MANHÃ

PROVA TIPO 1 – BRANCA





FUNÇÃO: ASSISTENTE TÉCNICO ADM II – LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O manicômio vive dentro de nós

No dia 18 de maio, comemora-se o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, data que lembra a mobilização do movimento da reforma psiquiátrica, iniciado na década de 1970, que reúne, desde então, pessoas com transtornos mentais, familiares, profissionais de saúde e setores da academia em prol de uma atenção à saúde humanizada e com respeito aos direitos fundamentais.

No cuidado à pessoa com transtornos mentais, dois modelos estão em tensão. De um lado, a proposta de tratamento como segregação do louco do convívio familiar e social. De outro, parte-se da premissa de que é necessário priorizar a atenção ambulatorial e a convivência familiar e comunitária, sendo cabível a internação apenas mediante solicitação médica, quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, tendo como objetivo a reinserção do paciente no meio social.

As incoerências e as graves violações de direitos humanos pelas quais passaram os pacientes com transtornos mentais foram vastamente relatadas pelos pacientes e estão documentadas na literatura e no cinema. Apenas como referência, convidamos o leitor a se familiarizar e se conscientizar sobre o tema a partir da leitura de obras como “O Alienista”, de Machado de Assis, “Nos porões da loucura”, de Hiram Firmino, e, mais recente, o chocante livro “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, que baseou o documentário produzido pela rede de TV HBO. Ainda, filmes como “O bicho de sete cabeças” e “Em nome da razão” são obras obrigatórias sobre o universo de violações de direitos vivido por pacientes psiquiátricos.

A história revela que o isolamento e a institucionalização dos doentes rapidamente conduziram à superlotação de hospitais, que se tornaram depósitos de pessoas sem atenção clínica e psiquiátrica adequada, ao uso de práticas sem devido fundamento científico, à privação de liberdade, ao isolamento, à perda da privacidade e à violência, entre outras gravíssimas violações de direitos humanos.

Muitas vezes, sequer, essas pessoas tiveram um diagnóstico adequado e justificativa para sua internação. Muitas dessas pessoas não encontraram a luz da porta de saída e morreram ainda no ambiente hospitalar. Teriam sido 60 mil apenas no Hospital Colônia de Barbacena, segundo nos conta Daniela Arbex.

Mesmo diante desses fatos, ainda hoje, muitas vezes, por vezes camuflando suas reais intenções, insistem em práticas segregacionistas, que “coisificam” o doente, que perde sua condição de pessoa e de sujeito de direitos. Não há dúvidas de que o cuidado com o paciente com transtornos mentais é complexo e impacta gravemente a vida de sua família. No entanto, a institucionalização e a segregação trazem tranquilidade apenas para a consciência daqueles que acreditam que “o que os olhos não veem o coração não sente”.

Em visita ao Hospital Colônia de Barbacena, o jornalista Hiram Firmino testemunhou: “Não encontramos os loucos terríveis que supúnhamos encontrar. Mas seres humanos como nós. Pessoas que, fora das crises, vivem lúcidas o tempo todo”.

Portanto, neste dia 18 de maio, proponho que lutemos contra o manicômio que está dentro de cada um de nós e que o poder público, em vez de admitir práticas que configuram retrocesso no cuidado das pessoas com transtornos mentais, esteja empenhado em fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial do SUS (RAPS), promover a inclusão social, resgatar a cidadania e dispensar apoio intersectorial ao paciente e sua família.

(Luciano Moreira de Oliveira, Promotor de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do MPMG, Estado de Minas. Em: maio de 2023.)

Questão 01

O título do texto apresenta uma construção linguística que:

- I. Por meio de figura de linguagem apresenta uma afirmativa subjetiva.
- II. Desenvolve o pensamento crítico assim como o protagonismo do interlocutor.
- III. Tem como objetivo provocar o interlocutor de forma a persuadi-lo quanto a uma possível leitura do texto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 02

Os termos destacados a seguir têm funções sintáticas equivalentes, EXCETO:

- A) “No dia 18 de maio, comemora-se o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, [...]” (1º§)
- B) “[...] não encontraram a luz da porta de saída e morreram ainda no ambiente hospitalar.” (5º§)
- C) “[...] em prol de uma atenção à saúde humanizada e com respeito aos direitos fundamentais.” (1º§)
- D) “Muitas vezes, sequer, essas pessoas tiveram um diagnóstico adequado e justificativa para sua internação.” (5º§)

Questão 03

A razão da ocorrência de crase em “[...] atenção à saúde humanizada [...]” (1º§) está corretamente indicada em:

- A) Observação do registro da linguagem formal.
- B) Emprego de locução feminina a partir da expressão “saúde humana”.
- C) Possibilidade de conferir destaque à expressão “saúde humanizada”.
- D) Obrigatoriedade do emprego da preposição associada à presença de artigo feminino.

Questão 04

A inclusão de informações atribuídas a jornalistas e escritores, como ocorre no texto “*O manicômio vive dentro de nós*”, indica:

- A) Uso de estratégia argumentativa.
- B) Emprego de narrativa como estratégia argumentativa.
- C) Convencimento do interlocutor por meio da persuasão.
- D) Comprometimento com as ideias expressas pelo escritor citado em toda sua produção literária.

Questão 05

No 3º§ do texto, o autor não apenas cita, mas também indica algumas obras literárias; sobre tal informação, é correto afirmar que:

- A) São informações colocadas de forma objetiva.
- B) Para Daniela Arbex, as obras “*O Alienista*” e “*Nos porões da loucura*” são uma referência.
- C) O autor pressupõe que o leitor tenha conhecimento de, pelo menos, uma das obras citadas.
- D) Há um tratamento linguístico diferenciado quanto à referência à obra citada: “*Holocausto Brasileiro*”.

Questão 06

Uma reescrita adequada de acordo com a correção gramatical e semântica do trecho “*Não há dúvidas de que o cuidado com o paciente com transtornos mentais é complexo e impacta gravemente a vida de sua família.*” (6º§) está indicada em:

- A) O paciente com transtornos mentais, é complexo e impacta sua família, gravemente, não há dúvida.
- B) O impacto provocado pelo cuidado com o paciente com transtornos mentais são graves e exigem dedicação.
- C) Não há dúvidas: o cuidado com o paciente com transtornos mentais é complexo e impacta gravemente a vida de sua família.
- D) Não existe dúvidas de que o cuidado com o paciente com transtornos mentais é: complexo e impacta gravemente a vida de sua família.

Questão 07

Em “*Mas seres humanos como nós.*” (7º§), o vocábulo “*mas*” tem valor:

- A) Aditivo.
- B) Adversativo.
- C) Consecutivo.
- D) Conformativo.

Questão 08

Considerando o excerto “*As incoerências e as graves violações de direitos humanos pelas quais passaram os pacientes com transtornos mentais foram vastamente relatadas pelos pacientes e estão documentadas na literatura e no cinema.*” (3º§), assinale a afirmativa correta.

- A) É possível substituir “*pelas quais*” por “*às quais*”.
- B) A expressão “*pelas quais*” está diretamente relacionada à forma verbal “*passaram*”.
- C) A expressão “*pelas quais*” pode ser omitida sem qualquer prejuízo gramatical ou semântico.
- D) Como alternativa textual, é possível substituir “*pelos pacientes*” por “*em função dos pacientes*”.



Questão 09

Considerando o trecho *“Muitas dessas pessoas não encontraram a luz da porta de saída e morreram ainda no ambiente hospitalar.”* (5º§), é correto afirmar que a expressão *“a luz da porta de saída”*:

- A) Remete a um tempo de muitas dificuldades.
- B) Indica uma possibilidade positiva de mudança de um contexto para outro.
- C) Indica a preocupação que os agentes responsáveis demonstram ter com pessoas diagnosticadas com transtornos mentais.
- D) Destaca o trabalho realizado, mesmo com certa dificuldade, em instituições de amparo a pessoas com determinado diagnóstico.

Questão 10

De acordo com o efeito de sentido produzido por meio das expressões empregadas no texto, é correto afirmar que ocorre:

- A) O uso exclusivo da linguagem denotativa.
- B) O uso exclusivo da linguagem conotativa.
- C) O predomínio da linguagem denotativa com algumas ocorrências de conotação.
- D) O predomínio da linguagem conotativa com algumas ocorrências de denotação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

Carlos é técnico em enfermagem e foi designado para redigir o relatório de atendimento de um paciente no *Microsoft Word 2019* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil). Sabe-se que ele precisa destacar as seções do documento com títulos em negrito e centralizados, além de garantir que todas as páginas do relatório tenham numeração automática no rodapé. Como Carlos é um usuário comum, ele deseja utilizar os recursos automáticos do *Word* para formatar o texto de maneira rápida e padronizada. Tendo em vista o caso hipotético, o recurso do *Word 2019* que permite aplicar estilos de título com formatação pré-definida e, ainda, facilita a criação de sumários automáticos é:

- A) Estilos.
- B) Quebra de seção.
- C) Inserir Comentário.
- D) Correção Ortográfica.

Questão 12

A enfermeira Juliana é responsável pelo controle mensal do estoque de medicamentos de um posto de saúde. Ela possui uma planilha com duas colunas: “Quantidade Inicial” (coluna B) e “Quantidade Usada” (coluna C). Para calcular a quantidade restante de cada medicamento, ela poderá utilizar uma fórmula simples na coluna D que subtraia a quantidade usada da quantidade inicial. Qual fórmula Juliana deverá digitar na célula D2 para calcular corretamente a quantidade restante do primeiro medicamento e que poderá ser replicada para as demais linhas?

- A) =B2-C2
- B) =C2-B2
- C) =SOMA(B2;C2)
- D) =SE(B2>C2;C2;B2)

Questão 13

Maria é recepcionista em uma clínica médica e utiliza um computador com *Windows 10* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) para agendar consultas, enviar relatórios e acessar prontuários eletrônicos. Certo dia, ao abrir um arquivo, anexo de *e-mail* com nome suspeito, o computador começou a apresentar lentidão e janelas estranhas passaram a abrir sozinhas. Para resolver esse problema, o administrador de TI recomendou que ela usasse um recurso nativo do *Windows 10* que pode ajudar a identificar e remover possíveis ameaças de *software* malicioso. Considerando o cenário hipotético, o recurso para realizar essa verificação de forma simples e acessível por um usuário comum é:

- A) Editor de Registro.
- B) Painel de Controle.
- C) *Windows Defender*.
- D) Gerenciador de Tarefas.



Questão 14

Certo usuário deseja adquirir um microcomputador para atividades básicas como navegação na *internet*, edição de textos e reprodução de vídeos. Considerando os componentes essenciais de um microcomputador, trata-se de um item responsável por executar as instruções dos programas e controlar o funcionamento geral do sistema:

- A) Monitor.
- B) Memória RAM.
- C) Processador (CPU).
- D) Fonte de alimentação.

Questão 15

No contexto dos sistemas operacionais modernos, um dos principais papéis dessa camada de *software* é o gerenciamento dos recursos do computador. Representa corretamente uma função típica de um sistema operacional:

- A) Reproduzir vídeos e áudios do sistema.
- B) Executar funções de navegação na *internet*.
- C) Controlar exclusivamente entrada e saída de dados da impressora.
- D) Gerenciar uso do processador, memória e dispositivos de entrada/saída.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Urbanos da Serra Verde foi instituído com o objetivo de prestar serviços de manejo e destinação final de resíduos sólidos, tendo sido questionada administrativamente a sua constituição sob a forma de associação pública. Com base na Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar que o consórcio público:

- A) Constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- B) Só poderá assumir a gestão associada de serviços públicos se estiver constituído como empresa pública.
- C) Constituído sob a forma de associação pública, somente poderá firmar contrato de rateio com a União, jamais com entes federados consorciados.
- D) Mesmo configurado como associação pública, não detém a competência para firmar convênios com a União, cabendo tal prerrogativa aos entes consorciados.

Questão 17

O Consórcio Público Intermunicipal de Saneamento, constituído como associação pública, pretende contratar equipe técnica própria para execução de suas atividades. Com base na Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar que:

- A) O consórcio poderá optar entre CLT ou regime estatutário, conforme previsão no contrato de consórcio.
- B) Mesmo que o consórcio tenha personalidade de direito público, o regime de trabalho será regido pela CLT.
- C) Sendo associação pública, o consórcio deverá aplicar o regime estatutário de um de seus entes consorciados.
- D) É vedado aos consórcios públicos manter quadro próprio de pessoal, devendo sempre requisitar servidores cedidos dos consorciados.

Questão 18

A respeito da gestão dos consórcios públicos, de acordo com o Decreto nº 6.017/2007, assinale a afirmativa correta.

- A) Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- B) A contratação de operação de crédito por parte do consórcio público se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos por ato do Poder Executivo Federal.
- C) Para cumprimento de suas finalidades, o consórcio público poderá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas.
- D) Os dirigentes do consórcio público não responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas, caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou a decisão da Assembleia Geral.



Questão 19

Diante da necessidade de aprimorar o serviço de saúde pública e diminuir os custos administrativos, o município Flor da Serra firmou um protocolo de intenções com três municípios vizinhos. O propósito foi a criação de um consórcio público para a gestão compartilhada de serviços hospitalares. Após a devida aprovação pelos entes públicos envolvidos, o consórcio foi formalmente constituído, sob a forma de associação pública. Considerando o disposto na Lei nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007, a respeito da regularidade dos atos praticados, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- B) É vedada a constituição de consórcio público sob a forma de associação pública, sendo permitido apenas em forma de pessoa jurídica de direito privado.
- C) O protocolo de intenções, após ser aprovado pelas câmaras legislativas dos municípios envolvidos, converte-se automaticamente no estatuto do consórcio público.
- D) O consórcio público, como associação pública, adquire personalidade jurídica de direito público com o registro de seu estatuto no cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

Questão 20

De acordo com o disposto na Lei nº 11.107/2005, assinale a afirmativa correta.

- A) É vedado aos entes consorciados entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- B) O estatuto do consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante decreto, do protocolo de intenções.
- C) Os estatutos disporão sobre a organização e o funcionamento de cada um dos órgãos constitutivos do consórcio público.
- D) A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei do ente consorciado de maior população.

CONHECIMENTOS DA FUNÇÃO

Questão 21

Determinado município celebrou um convênio com o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, com o objetivo de ampliar a cobertura de atenção primária na rede municipal. O ajuste previa repasse de recursos federais à conta de um plano de trabalho anteriormente aprovado. Durante a realização, verificou-se que a execução física estava em atraso, e a prestação de contas parcial apresentou inconsistências. Diante da situação, o servidor responsável pela gestão do convênio na prefeitura verificou quais providências administrativas seriam adequadas à correta condução do instrumento e ao cumprimento das normas aplicáveis. Considerando o contexto apresentado e as normas sobre convênios e instrumentos congêneres, é correto afirmar que:

- A) A prestação de contas parcial pode ser dispensada caso o conveniente apresente justificativa de que os resultados finais ainda não foram alcançados.
- B) O convênio já foi firmado e eventuais ajustes no plano de trabalho devem ser realizados livremente pelo conveniente, desde que dentro da vigência do termo.
- C) O descumprimento do cronograma físico-financeiro implica rescisão imediata do convênio por parte da União, independentemente de contraditório ou ampla defesa.
- D) O município poderá solicitar à concedente a formalização de termo aditivo ao convênio, visando à prorrogação de prazo e à adequação do plano de trabalho, desde que devidamente justificada.

Questão 22

A Lei nº 13.303/2016 estabelece o estatuto jurídico aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica ou prestam serviço público, tanto da União quanto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa norma trouxe um novo regime jurídico para contratações, com regras específicas distintas daquelas previstas na antiga Lei nº 8.666/1993 e na atual Lei nº 14.133/2021. Com base na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, é correto afirmar que:

- A) A contratação por dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 13.303/2016, está limitada exclusivamente aos casos de guerra e grave perturbação da ordem.
- B) As empresas estatais estão autorizadas a contratar diretamente qualquer fornecedor por inexigibilidade sempre que houver urgência administrativa, desde que motivada.
- C) As empresas estatais têm o regulamento interno de licitações e contratos como obrigatório e deve observar os princípios da impessoalidade, da transparência e do julgamento por critérios objetivos.
- D) A Lei nº 13.303/2016 prevê que o procedimento de licitação simplificado se aplica obrigatoriamente a todas as contratações de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, com valores inferiores aos limites estabelecidos em regulamento.



Questão 23

O entendimento adequado das esferas de atuação do Estado, da sociedade e do mercado é fundamental para a formulação de políticas públicas, organização da Administração Pública e regulação das atividades econômicas. Cada uma dessas esferas possui funções distintas, ainda que inter-relacionadas, e pode ser identificada por meio de exemplos práticos que ocorrem no cotidiano das relações sociais e econômicas.

(BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. Adaptado.)

Considerando o tema, relacione corretamente os conceitos apresentados às situações exemplificadas.

1. Estado.

2. Mercado.

3. Sociedade.

- () Uma empresa privada realiza a gestão de planos de saúde e define seus próprios preços conforme a oferta e demanda.
() Um grupo de moradores se reúne para organizar ações voluntárias de limpeza e preservação de uma praça pública do bairro.
() Um governo estadual institui programa de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3.
B) 2, 3, 1.
C) 3, 1, 2.
D) 3, 2, 1.

Questão 24

Determinado município decidiu implementar um modelo de gestão da qualidade baseado na ABNT NBR ISO 9001:2015 em sua Secretaria de Atendimento ao Cidadão, com o objetivo de aumentar a eficiência dos processos, reduzir retrabalho e melhorar a satisfação dos usuários. Após a fase inicial de mapeamento de processos e identificação de não conformidades, a equipe de gestão se deparou com dificuldades para compreender a interdependência entre o foco no cliente e a abordagem por processos. Diante disso, a consultoria contratada orientou a equipe a adotar práticas alinhadas aos princípios da gestão da qualidade e aos requisitos da norma. Considerando o contexto, são ações que representam os requisitos da ISO 9001:2015 e os princípios da gestão da qualidade de forma mais coerente:

- A) Priorizar a padronização dos serviços e evitar o envolvimento dos servidores na definição de melhorias, para assegurar uniformidade e controle absoluto das rotinas.
B) Definir indicadores de desempenho para os processos finalísticos e tratar os processos de apoio como tendo apenas impacto indireto na qualidade percebida pelo cidadão.
C) Mapear os processos como partes inter-relacionadas de um sistema, atribuindo responsabilidades claras e promover a melhoria contínua com base em dados e evidências.
D) Concentrar as decisões no órgão superior da prefeitura para reduzir a autonomia dos setores operacionais e controlar rigidamente os fluxos de trabalho para evitar falhas humanas.

Questão 25

Determinado município aderiu ao Sistema Nacional de Registro de Preços (SRP Nacional) por meio da Plataforma GOV.BR, com o objetivo de racionalizar contratações públicas de bens padronizados de uso comum. O secretário municipal de educação pretende aderir uma ata nacional de registro de preços vigentes, elaborada por outro ente federativo, com vistas à aquisição de kits de alimentação escolar. No entanto, ele tem dúvidas quanto à forma, limites e responsabilidades legais da adesão, especialmente sobre o papel da ata nacional, do órgão gerenciador, do órgão participante e do órgão não participante (carona). Com base na legislação vigente e nos princípios que regem o Registro de Preços Nacional (RPN), assinale a afirmativa correta.

- A) A adesão de atas nacionais de registro de preços está limitada a órgãos da esfera federal, sendo vedada sua utilização por municípios e estados-membros.
B) O fornecedor constante da ata nacional tem obrigação de atender à demanda de qualquer órgão que deseje aderir, independentemente de previsão no edital ou na ata.
C) O órgão participante pode aderir à ata nacional apenas se tiver participado da fase de planejamento e lances do processo licitatório, não sendo permitida adesão posterior.
D) O órgão não participante (carona) pode aderir à ata de registro de preços, desde que respeitados os limites quantitativos definidos e mediante autorização do fornecedor e do órgão gerenciador.



Questão 26

A Autarquia Interfederativa de Gestão Ambiental Municipal (AIGAM), criada por consórcio entre três municípios, enfrenta dificuldades na padronização de processos e na entrega de serviços de forma eficiente à população. Com o objetivo de promover uma mudança organizacional sustentável, a direção da AIGAM decide adotar três abordagens simultâneas:

1. Implantar um programa de qualidade com foco em melhoria contínua;
2. Estimular o aprendizado organizacional entre os servidores das áreas técnicas e administrativas; e
3. Realizar *benchmarking* com outras autarquias interfederativas que obtiveram êxito na prestação de serviços similares.

Com base na situação apresentada e nos conceitos de gestão da mudança organizacional, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A adoção de um programa de qualidade pode apoiar a gestão da mudança ao introduzir metodologias sistemáticas de avaliação e aprimoramento dos processos internos.
- () O aprendizado organizacional se limita à capacitação técnica dos servidores, não tendo relação direta com a mudança da cultura organizacional.
- () O *benchmarking* permite à autarquia identificar boas práticas externas e adaptar soluções bem-sucedidas às suas especificidades, favorecendo a inovação e a aprendizagem.
- () A implementação simultânea dessas três abordagens pode ser considerada uma estratégia coerente de gestão da mudança, pois articula aperfeiçoamento interno, aprendizado coletivo e referências externas.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, F.
B) V, V, F, F.
C) V, F, V, V.
D) F, F, F, V.

Questão 27

A autarquia municipal de saneamento ambiental de determinado município, ao longo do primeiro semestre do exercício financeiro de 2024, identificou quatro demandas emergenciais e estratégicas:

- **Demanda I:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de cloro líquido, essencial à purificação da água, com ampla concorrência disponível no mercado.
- **Demanda II:** Contratação direta de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria jurídica para defesa da autarquia em processo administrativo sancionador instaurado por Tribunal de Contas.
- **Demanda III:** Contratação de empresa que apresentou a melhor proposta em comparação com outras três, mas cujo proprietário é cônjuge da diretora administrativa da autarquia.
- **Demanda IV:** Contratação de empresa para obras emergenciais em estação de tratamento de esgoto, após rompimento repentino de uma adutora, com risco sanitário iminente.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e no regime jurídico aplicável às licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A demanda I exige, obrigatoriamente, a realização de licitação, pois não se enquadra nas hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade.
- II. A demanda II permite a contratação direta por inexigibilidade, desde que comprovada a notória especialização do contratado e a singularidade do serviço.
- III. A demanda III está vedada, pois configura situação de conflito de interesse, mesmo que a proposta seja a mais vantajosa.
- IV. A demanda IV pode ser contratada por dispensa de licitação, desde que caracterizada a situação emergencial e justificada a contratação imediata.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) I e IV, apenas.
D) II, III e IV, apenas.



Questão 28

A Autarquia Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AMDU-S) firmou parcerias com organizações da sociedade civil e celebrou contratos administrativos com recursos oriundos de convênio federal. Durante auditoria interna e posterior análise do controle externo, foram identificadas as seguintes situações:

- O gestor da AMDU-S, mesmo após o encerramento do mandato, não apresentou os relatórios financeiros e de execução física de uma obra realizada com recursos federais descentralizados;
- Um servidor ocupante de cargo comissionado autorizou despesas sem cobertura contratual e sem dotação orçamentária;
- A organização parceira não devolveu os saldos financeiros remanescentes após o fim da vigência do termo de parceria; e
- O controle interno da autarquia se omitiu quanto à emissão de alertas preventivos sobre o descumprimento do cronograma de execução orçamentária.

Considerando o contexto apresentado e de acordo com as normas constitucionais e legais que regem a responsabilização e a prestação de contas no setor público, a implicação jurídica comum às quatro situações é o fato de que:

- A) A responsabilização alcança apenas os servidores em atividade, não se estendendo a ex-gestores ou entidades parceiras da administração.
- B) A prestação de contas é obrigatória apenas nos casos em que há suspeita de dolo, prejuízo ao erário ou denúncia formalizada aos órgãos de controle.
- C) As quatro situações são passíveis de responsabilização exclusivamente administrativa, uma vez que envolvem atos internos da Administração Pública Municipal.
- D) Todos os agentes envolvidos – incluindo servidores, ex-gestores, entidades conveniadas e órgãos de controle interno – são passíveis de responsabilização e têm o dever de prestar contas nos limites de sua competência.

Questão 29

Uma autarquia interfederativa de mobilidade urbana que envolve quatro municípios celebrou contrato administrativo com uma empresa para prestação de serviços de manutenção e sinalização de vias públicas. Durante a execução do contrato, surgiram questionamentos sobre as cláusulas contratuais e a aplicação de penalidades à contratada por atraso na entrega de parte dos serviços. A diretoria da autarquia determinou a revisão do contrato sob três fundamentos:

1. Aplicação do princípio da supremacia do interesse público;
2. Interpretação das cláusulas contratuais de forma mais favorável à Administração; e
3. Inclusão de penalidades não previstas expressamente no edital nem no contrato.

Com base na situação apresentada e nos conceitos e características dos contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os contratos administrativos se caracterizam por conter cláusulas exorbitantes, como a possibilidade de alteração unilateral pela Administração e aplicação de sanções administrativas.
- II. A interpretação das cláusulas contratuais deve buscar equilíbrio entre as partes, considerando a boa-fé objetiva e a função social do contrato.
- III. A Administração pode aplicar penalidades que não estejam previstas expressamente no edital ou no contrato, desde que fundamentadas no interesse público.
- IV. A prerrogativa da Administração Pública de modificar unilateralmente os contratos é limitada às hipóteses legalmente previstas e não pode afetar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.



Questão 30

Determinado cidadão solicitou à prefeitura do município onde reside informações referentes a:

- 1.** Contratos firmados com empresas de coleta de lixo urbano;
- 2.** Salários dos ocupantes de cargos comissionados;
- 3.** Conteúdo de reuniões internas da Controladoria-Geral do Município sobre apurações preliminares de irregularidades administrativas; e
- 4.** Relatórios de execução orçamentária dos últimos três quadrimestres.

O órgão municipal negou o fornecimento das informações dos itens 2 e 3, alegando “sigilo funcional e proteção da intimidade”, e não respondeu aos demais itens. Em relação à situação apresentada, considerando a forma correta de tratamento e acesso às informações solicitadas, assinale a afirmativa correta.

- A) A ausência de resposta da prefeitura não caracteriza irregularidade administrativa, desde que a negativa não contenha ofensas à honra ou à imagem de terceiros.
- B) O salário de agentes públicos em cargo comissionado é informação protegida por sigilo funcional e não pode ser divulgado, sob pena de responsabilização do servidor.
- C) O conteúdo de apurações preliminares pode ser mantido sob sigilo temporário, mas contratos, salários e relatórios orçamentários são informações públicas de acesso obrigatório.
- D) As informações requeridas pelo cidadão são de fato todas consideradas sigilosas, devendo ser fornecidas apenas mediante ordem judicial, conforme prevê a proteção à intimidade da Administração Pública.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, versando sobre tema de conhecimento geral, que será avaliada na escala de zero a trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas. O texto do candidato deverá atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)	0,25 ponto	6,0 pontos
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe)	0,25 ponto	6,0 pontos
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade)	0,25 ponto	4,0 pontos
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto)	0,5 ponto	7,0 pontos
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado)	0,5 ponto	7,0 pontos
TOTAL	-	30 pontos

Texto I

Festival de Cannes: Brasil tem tudo para virar potência audiovisual

O cinema brasileiro prova há muito tempo que pode ser um dos melhores do mundo, embora nem sempre receba o reconhecimento que merece. Ao longo dos anos, vivenciamos sucessos estrondosos de produções como Cidade de Deus (2002), Tropa de Elite (2007) e, mais recentemente, a febre de Ainda Estou Aqui (2024), que trouxe para casa o prêmio de Melhor Filme Internacional do Oscar 2025. E não paramos por aí: o cinema e o audiovisual brasileiros seguem em uma ascensão impressionante no cenário internacional. A consagração mais recente veio pelas mãos e talento de Wagner Moura, que vive um dos momentos mais importantes de sua carreira.

O ator acaba de fazer história mais uma vez. Ele conquistou o prêmio de Melhor Ator no Festival de *Cannes* 2025 pelo filme “O Agente Secreto”, dirigido por Kleber Mendonça Filho, que também levou a estatueta de Melhor Direção – uma dobradinha inédita para o Brasil em uma mesma edição do festival. O filme foi ovacionado com 15 minutos de aplausos e amplamente elogiado pela imprensa internacional, que o classificou como “obra-prima”, “monumental” e “thriller maravilhoso”.

O momento é simbólico para a nossa cultura. Além das vitórias individuais, o Brasil foi escolhido como país de honra na edição de 2025 do Festival de *Cannes*, título que reforça a força e a diversidade da produção cultural nacional. Outro destaque brasileiro foi Marianna Brennand, que recebeu o prêmio *Women in Motion Emerging Talent*, um reconhecimento destinado a diretoras estreantes, por “Manas”. O filme, que conta a história de uma jovem vítima de abusos na Ilha do Marajó, representa mais uma narrativa brasileira potente que ganha visibilidade internacional.

É assim, sempre se superando, sem desistir e enfrentando tantas barreiras para fazer arte no país, que o Brasil reafirma sua posição como uma potência cultural de nível global. Um país que não apenas exporta talentos, mas também constrói as próprias narrativas, a partir de histórias que estão enraizadas no nosso território e identidade.

(Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)



Texto II

“Cidade de Deus” é único filme brasileiro em lista do NYT dos 100 melhores do século XXI

Dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund, longa ocupa a 15ª posição em ranking internacional do jornal norte-americano

O filme “Cidade de Deus” foi incluído na lista dos 100 melhores filmes do século XXI, publicada pelo jornal “The New York Times”. A produção brasileira aparece na 15ª posição e é o único título nacional presente no *ranking*. “Parasita”, de Bong Joon Ho, ficou em 1º lugar. Para compor a seleção, o jornal consultou mais de 500 diretores, atores e profissionais da indústria cinematográfica de diversos países. Entre os votantes estava o ator Chiwetel Ejiofor, conhecido por seu papel em “12 Anos de Escravidão”, que colocou “Cidade de Deus” na sua lista de preferidos.

(Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/>. Acesso em: junho de 2025.)

Texto III

“Ainda Estou Aqui” ganha Oscar de Melhor Filme Internacional

“Ainda Estou Aqui”, do diretor Walter Salles, venceu o *Oscar* de Melhor Filme Internacional de 2025. É a primeira vez que uma obra do Brasil ganha o prêmio dado nessa categoria aos longa-metragens produzidos fora dos Estados Unidos e com diálogos predominantemente em uma língua diferente do inglês.

Esse prêmio coroa uma trajetória internacional bem-sucedida do longa, que recebeu elogios na crítica especializada internacional e, só nos EUA, chegou a ser exibido em mais de 700 salas. Antes do *Oscar*, o filme também recebeu uma série de prêmios: Globo de Ouro, *Goya*, Festival de Veneza e Festival Internacional de Roterdã.

“Ainda Estou Aqui” é baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva e traz como protagonista Eunice Paiva (Fernanda Torres), mulher que precisou lidar com o sequestro e o assassinato de seu marido – o ex-deputado Rubens Paiva – na ditadura militar (1964-1985). Para Walter Salles, a produção mobilizou tanta gente por ser uma história sobre resistência – em um contexto de fragilidade da democracia em todo o mundo.

(Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)

Após receber o prêmio de Melhor Ator no Festival de *Cannes* 2025, Wagner Moura compartilhou um vídeo em que disse: “O Brasil é o país da cultura, o país da arte. Viva o Brasil, viva os brasileiros. E vamos agora celebrar, aproveitar mais esse momento bonito da nossa cultura e do nosso cinema”. Nesse sentido, e também considerando os debates que as obras nacionais podem proporcionar, bem como a partir dos textos motivadores, redija uma dissertação acerca do tema:

“A importância do cinema nacional para o desenvolvimento da cultura no país.”



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a aplicação, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de três horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
5. O caderno de provas é composto por trinta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos previstos para o término da aplicação.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 9h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Processo Seletivo, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.